

A REALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ESCOLAR E SEUS DESDOBRAMENTOS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ERECHIM-RS

*Flávia Obino Corrêa Werle¹
Jesus Rosemar Borges²*

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a experiência de aplicação do Levantamento da Situação Escolar (LSE) no Município de Erechim (RS), referente aos processos de planejamento e execução do diagnóstico e seus desdobramentos na elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) e na celebração do Termo de Cooperação Técnica com o Ministério da Educação. Os dados foram obtidos através da realização de entrevista com o Secretário Municipal de Educação, análise do PAR do município para o período 2007 – 2010, estudo da documentação relacionada ao LSE e pesquisa nas páginas eletrônicas da prefeitura e do MEC. Percebe-se que houve muita dificuldade na realização do levantamento e falta de equipe especializada ou de continuidade de seus membros. Portanto, a proposta desta metodologia corre risco de perder a sua validade ou perder a sua proposta que é a de ser um instrumento de gestão para auxiliar na avaliação institucional a partir de relatórios gerenciais e identificar a real necessidade de adequação dos prédios e de aquisição de equipamentos e materiais didáticos.

Palavras chave: Política pública; Infraestrutura escolar; Educação básica.

Área: Educação

¹Artigo produzido no âmbito do Projeto "Indicadores de Qualidade e Gestão Democrática – Núcleo em Rede", vinculado ao Observatório de Educação CAPES/INEP – Projeto OE 146/2011 coordenado pela Professora Dra. Flávia O. C. Werle.

²Doutora e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) - flaviaw2008@gmail.com

³Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) - jesusborges@ifrs.edu.br

INTRODUÇÃO

As políticas públicas brasileiras atuais relacionadas à educação, como o Plano de Desenvolvimento da Educação, a definição dos Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola e a aplicação das avaliações externas, demonstram um compromisso do governo brasileiro em enfrentar o problema da qualidade e do rendimento escolar.

Por outro lado, há a necessidade de adotar-se um olhar crítico a essas políticas nacionais, pois qualquer país que esteja aberto ao mercado e às políticas internacionais, independente de estar geograficamente em posição central ou periférica e de ter governos neoliberais, progressistas ou nacionalistas, sofrerá forte influência ou imposições das políticas econômicas e educacionais elaboradas pelos organismos multilaterais. Entretanto, Mainardes (2006, p. 49) ao apresentar uma contribuição para a análise de políticas educacionais, através da abordagem do ciclo de políticas, elaborada por Stephen Ball e Richard Bowe (1992), nos aponta caminhos possíveis de resignificação, interpretação e aplicação prática das políticas propostas.

Para Mainardes (2006, p. 49) “a abordagem do ciclo de políticas destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais”.

Por sua vez, Ozga (2000, p. 203), considera que as políticas educacionais devem ser entendidas “no seu contexto político, social e econômico” e que estes “também necessitam de estudo por causa das diferentes maneiras como moldam a política educativa”. Além disso, há também que se explorar “os efeitos das ideologias predominantes na política educacional”.

No contexto da influência no ciclo das políticas é onde os grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado (Mainardes, 2006, p. 51). Também é aqui que ocorrem as influências ou imposições dos organismos internacionais ou agências multilaterais, como o Banco Mundial (BM), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), cujas influências podem ser recontextualizadas e reinterpretadas pelo Estado-Nação, caracterizando uma relação dialética entre o global e o local (Mainardes, 2006, p. 52).

Assim, em países que praticam relações comerciais, políticas e culturais com outros países, principalmente aqueles que estão numa condição de dependência econômica, sofrem influência direta dos efeitos da globalização e dos modos de regulação

transnacional, mas que, de certo modo, podem adaptar suas políticas para o contexto local.

O contexto da produção de textos representa a política, que podem ser textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, dentre outros (Mainardes, p. 52). Os textos políticos também sofrem disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política (Bowe et al., 1992 apud Mainardes, 2006, p. 52).

Aqui faz necessário refletir sobre o que se entende por política, pois segundo Ozga (2000, p. 20), alguns entendem esse termo como “as ações de um Governo que visam a consecução de determinados objetivos”, mas na sua opinião, trata-se de algo mais abrangente, ou seja, encara-o como um processo mais do que um produto, envolvendo negociação, contestação ou mesmo luta entre diferentes grupos não envolvidos diretamente na elaboração oficial da legislação.

O terceiro contexto proposto por Ball e Bowe (Bowe et al., 1992, apud Mainardes, 2006, p. 53), parece ser o mais estratégico, porque é na prática que existe maior possibilidade de mudanças e transformações na política original. Destacam que os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, suas histórias, experiências, valores, propósitos e interesses têm implicações para o processo de implantação das políticas.

Esses autores nos mostram a possibilidade de que os professores e os alunos têm de modificar as intenções dos políticos, pois a construção ou a ressignificação das políticas pode se dar também em outros espaços (prática na sala de aula, na escola, no sindicato), além daquele espaço da elaboração da política.

Um exemplo de controle político em investigações educacionais é apresentado por Ozga (2000, p. 145) quando traz para discussão os estudos realizados por Simon Marginson no início da década de 1990, o qual destaca que pesquisas americanas concluíram que não há qualquer relação entre turmas pequenas e o aumento do sucesso escolar, medido por testes padronizados e também salienta a influência que este artigo teve na economia da educação, pois apoiaria os objetivos dos políticos de reduzir os gastos públicos.

Alguns exemplos de práticas adotadas por governos brasileiros podem corroborar com estes estudos, como a enturmação, o aumento da relação aluno/professor e a elevação da carga horária docente. Todos eles importantes e devem ser considerados quando se estuda as condições de funcionamento das escolas, pois refletem na qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade.

Convém ressaltar que, embora haja algumas práticas que parecem seguir na contramão da almejada qualidade educacional, o governo central brasileiro, ao lançar o Plano de Metas Compromisso

Todos pela Educação (Compromisso), que é um programa estratégico do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visa à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

Para Fernando Haddad (2007, p. 11), a União “a partir do PDE assumiu maiores compromissos – inclusive financeiros – e colocou à disposição dos estados, do Distrito Federal e dos municípios instrumentos eficazes de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública”. Assim, o MEC acredita ser esta uma estratégia importante e eficiente para elevação dos índices de qualidade da educação brasileira.

O Compromisso estabelece um plano de metas de qualidade a serem alcançadas através do indicador IDEB. A meta estabelecida para o Brasil até 2022 é a de um IDEB igual ou superior a 6,0 para as séries iniciais do Ensino Fundamental, 5,5 para as séries finais do Ensino fundamental e 5,2 para o Ensino Médio. A fixação da média seis a ser alcançada para as séries iniciais do Ensino Fundamental considerou o resultado obtido pelos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), quando se aplica a metodologia do IDEB em seus resultados educacionais. Seis foi a nota obtida pelos países desenvolvidos que ficaram entre os 20 mais bem colocados do mundo.

Entretanto, para o país atingir esse expressivo resultado, torna-se imperativo promover avanços significativos nas condições de oferta da educação. Aqui consideradas somente aquelas relacionadas à infraestrutura e à disponibilidade e qualidade dos equipamentos e mobiliários escolares, as quais poderão provocar impactos indiretos nos indicadores educacionais ou no desempenho dos alunos. Assim, faz-se necessário buscar o conhecimento da realidade escolar e estabelecer os padrões mínimos necessários para o seu funcionamento para, a partir daí, aplicar medidas que visem à melhoria da qualidade do ensino.

Em junho de 1998, através de um acordo de empréstimo firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o BM, teve início a primeira fase do Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), que foi um programa destinado à melhoria da qualidade do ensino fundamental das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste (FNDE-LSE, 2006, p. 5). O referido programa estabeleceu os Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas (PMFE) Públicas do Ensino Fundamental.

Embora o projeto tenha sido finalizado, as ações ou produtos por ele desenvolvidos continuaram a ser implantados e passaram a ter abrangência nacional, atendendo também às regiões Sul e Sudeste.

O FNDE (2006, p. 5), destaca no Manual de implantação do Fundescola que

O PMFE expressa a presença de um conjunto de insumos e condições necessários para a realização das atividades escolares – instalações físicas, equipamentos, recursos pedagógicos, recursos humanos, currículo e gerenciamento. Aparentemente simples, o conceito envolve, na verdade, um amplo conjunto de condições humanas, materiais e organizacionais ou de insumos e processos. São as condições básicas e o conjunto de insumos necessários para a realização dos serviços escolares essenciais e para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma adequada (FNDE, 2006, p. 5).

Assim, o objetivo de identificação dos PMFE é preparar o ambiente escolar para o desenvolvimento da educação, pois, muitas vezes, não se observa bom desempenho dos alunos devido também à precariedade das condições de oferta dos serviços escolares.

Para subsidiar a definição dos PMFE, o FNDE (2006, p. 7) estabeleceu o foco nos “serviços ao qual todo e qualquer aluno tem direito, independentemente dos meios adotados pelas escolas e pelos sistemas de ensino para ofertá-los”. Para tanto, foram selecionados os seguintes serviços: docência, promoção do acesso à informação, apoio educacional, alimentação, saúde e higiene, promoção da convivência, suporte pedagógico à docência, administração, manutenção, conservação e segurança e integração com a comunidade.

A qualidade na oferta dos serviços escolares depende muito das políticas estabelecidas pelos órgãos mantenedores dos estabelecimentos de ensino, principalmente relacionadas à destinação de recursos financeiros para adequação ou modernização dos ambientes. Assim, não basta a escola dispor de um projeto pedagógico que contemple um currículo bem estruturado se a mesma não tiver condições de cumpri-lo, o que acaba causando a redução da qualidade do ensino ofertado e prejudicando o aprendizado, pois o desempenho educacional dos alunos pode sofrer influência da qualidade das escolas que frequentam.

Para qualificar a materialidade da escola, o FNDE desenvolveu o sistema de Levantamento da Situação Escolar, que se constitui em uma tecnologia informatizada de diagnóstico da situação escolar e disponibilizada às redes públicas de ensino para o levantamento de informações referentes às condições físicas dos ambientes escolares, disponibilidade de mobiliário, equipamento, material didático, recursos humanos e acessibilidade das escolas, bem como atualização de dados cadastrais, dominialidade do imóvel, serviços de infraestrutura e acesso à informática. Esse diagnóstico visa identificar o nível de cumprimento dos índices que compõem os PMFE de cada unidade da rede. A partir desse levantamento, são emitidos relatórios de suporte à gestão das redes escolares, estimando as necessidades e os investimentos necessários à sua adequação e melhoria (Rodrigues, 2010, p. 6).

O Decreto 6.094/07 estabelece que o planejamento para

adequação e melhoria das redes escolares deve ser sistematizado em um Plano de Ações Articuladas, que é o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo MEC, que visa o cumprimento das metas do Compromisso e a observância das suas diretrizes. O PAR, subsidiado pelas informações obtidas pelo LSE, é a base para um termo de convênio ou de cooperação, firmado entre o MEC e o ente apoiado.

O diagnóstico obtido através do LSE subsidia a dimensão do PAR que trata da Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos, a qual é composta por áreas de atuação, e cada área apresenta indicadores específicos. Esses indicadores são pontuados segundo a descrição de critérios correspondentes a quatro níveis. A pontuação gerada para cada indicador é fator determinante para a elaboração do PAR, ou seja, na metodologia adotada, apenas critérios de pontuação 1 e 2, que representam situações insatisfatórias ou inexistentes, podem gerar ações.

O LSE pode ser realizado por equipes de técnicos das Secretarias Municipal e Estadual de Educação ou outros órgãos parceiros. O FNDE orienta que as equipes de campo devam ser compostas por profissionais da área de engenharia civil ou arquitetura, pedagogia e informática. Além dessas equipes de campo, é necessário constituir equipe de escritório formada por desenhistas ou projetistas que farão os projetos arquitetônicos das escolas e o lançamento dos dados levantados a campo no sistema informatizado do LSE.

A partir dos dados validados, o FNDE com o auxílio de seus consultores faz uma análise e calcula os índices de cada levantamento, que posteriormente serão comparados com os PMFE. Com isso, o ente federativo terá dados de sua rede escolar para elaborar o seu PAR e pleitear recursos federais para melhoria dos índices obtidos nos diversos indicadores avaliados.

A realização do LSE por equipes especializadas externas à Escola pode ser a garantia da veracidade dos dados levantados, pois, segundo Saviani (2009, p. 1), as manifestações contrárias, por ocasião do lançamento do PDE, se referiam à falta de clareza dos mecanismos de controle, alegando a possibilidade de as administrações dos entes federados manipularem esses dados para garantir o recebimento de recursos. Como consequência, essa atitude poderia mascarar o desempenho efetivo e prejudicar a busca pela melhoria da qualidade.

Neste aspecto pode-se retomar a abordagem do ciclo de políticas de Ball, pois a aplicação do LSE nas escolas pode ter sua prática ressignificada de acordo com os limites e possibilidades dos sistemas de ensino. Se por um lado o critério do FNDE de constituição de equipes especializadas externas ao sistema de ensino tenha uma origem burocrática por considerar que o técnico externo pode levantar dados mais verídicos do que aquele que está dentro da organização, por outro lado este último pode se posicionar tendo

em vista nem tanto as condições físicas e materiais, mas tendo em vista os recursos que pode deixar de receber. Ou seja, se a direção disser que a sua escola está em boas condições de funcionamento, deixará de receber apoio financeiro ou técnico do Governo Federal.

1. LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ERECHIM

Embora o LSE tenha sido, até junho de 2012 (Resolução no 11, de 06/06/2012), pré-requisito para os entes federativos receberem apoio técnico e financeiro do Governo Federal, muitos estados e municípios não realizaram esse diagnóstico. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul aderiu ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação no ano em que o plano foi lançado pelo Governo Federal, mas somente em 2011 assinou um protocolo de intenções com o MEC, onde uma das ações previstas era a aplicação do LSE na rede estadual de ensino.

Em relatório disponibilizado, via correio eletrônico, pelo FNDE no dia 28 de maio de 2012, dos 496 municípios gaúchos, apenas 20 concluíram o LSE em suas redes de ensino (quadro 02), embora 213 tenham iniciado o processo de levantamento, mas ainda não haviam concluído.

Com base nessas informações decidiu-se desenvolver um estudo de caso em Erechim⁴, por ter sido o primeiro município no estado a iniciar o processo de realização do LSE, cujo cronograma oficial compreendendo a capacitação da metodologia, a execução do diagnóstico, a elaboração do PAR, a celebração do termo de cooperação técnica com o MEC e a execução das ações de melhoria teriam ocorrido entre os anos de 2009 e 2011.

Portanto, a presente investigação tem como objetivo analisar a experiência de aplicação do LSE no Município de Erechim-RS, referente aos processos de planejamento e execução do diagnóstico e seus desdobramentos na elaboração do PAR e na celebração do Termo de Cooperação Técnica com o MEC para apoio e implantação de ações de melhoria das condições de funcionamento das escolas municipais.

As informações foram obtidas através da realização de entrevista gravada com o Secretário Municipal de Educação, análise do PAR do município para o período 2007 – 2010, estudo da documentação relacionada ao LSE e pesquisa nas páginas eletrônicas da prefeitura e do MEC (FNDE e INEP). Nas entrevistas foi solicitado que o Secretário explanasse de forma livre informações sobre dificuldades, histórico, metodologia, planilha dos dados e resultados.

⁴Estas informações foram apresentadas pela Dra Olga de Jesus Bento, coordenadora do LSE no FNDE, em reunião realizada no primeiro semestre de 2011 na Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul.

A opção por realização de entrevista com o gestor local, onde a política pública federal de diagnóstico das condições escolares se concretiza, foi adotada por se considerar que é neste espaço em que se dá, de fato, o contexto da prática. Além disso, o uso desse tipo de metodologia nos possibilita fazer a articulação entre os dados produzidos pela aplicação da política proposta pelo governo e as teorizações com outras investigações no campo das políticas públicas educacionais.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Erechim situa-se na região Norte do Rio Grande do Sul e apresenta uma população estimada de 97.916 habitantes, o que coloca o município na vigésima primeira posição em termos populacionais no Rio Grande do Sul. A estrutura etária tem pouca participação de jovens e idosos e, conseqüentemente, é maior por parte de adultos, que somam 65,9% da população.

Conforme informações disponibilizadas no site da prefeitura de Erechim, em termos educacionais, pode-se observar que há um número significativo de instituições de ensino atuando no município, conforme a seguir: 05 instituições de ensino superior, sendo três públicas e duas privadas; 05 escolas privadas de educação básica; 05 escolas estaduais de ensino médio; 16 escolas estaduais urbanas de educação fundamental; 07 escolas estaduais rurais de educação fundamental; 06 escolas municipais de educação fundamental; 07 escolas municipais de educação infantil; e 01 escola municipal de belas artes.

Segundo dados do Censo do IBGE (2010), a população do município, considerando-se as faixas etárias que possivelmente demandariam atendimento educacional é a seguinte: Creche e pré-escola (0 a 05 anos): 6.727 habitantes; Ensino Fundamental (06 a 14 anos): 11.877 habitantes; Ensino Médio (15 a 17 anos): 4.511 habitantes; e Ensino Superior (18 a 24 anos): 11.864 habitantes ou estendendo-se a faixa etária até os 34 anos daria um total de 28.680 habitantes.

Convém ressaltar que a taxa de escolarização líquida no município de Erechim é 94,50% para o Ensino Fundamental (7 a 14 anos) e de 50,70% para o Ensino Médio (15 a 17 anos).

Segundo informações demográficas e educacionais disponibilizadas pelo FNDE, o município de Erechim apresentava, em termos de número de matrículas regulares na educação básica, somando-se as redes estadual e municipal, no ano de 2010, a seguinte situação: Creche e pré-escola: 2.181 matrículas; Ensino Fundamental: 10.568 matrículas; e Ensino Médio: 3150 matrículas.

Além do ensino regular, há a oferta de educação de jovens e adultos, cujos quantitativos de matrícula por etapa, no mesmo ano, eram os seguintes: Ensino Fundamental: 635 matrículas; Ensino Médio: 252 matrículas.

A seguir, algumas notícias veiculadas pela prefeitura municipal, as quais apresentam um panorama das principais ações atuais do poder público local:

a) No início de 2012 a Prefeitura Municipal anunciou a criação de 1100 novas vagas para a educação infantil, cuja perspectiva da gestão atual é chegar em 2013 com 1365 novas vagas. Conforme os dados sobre o atendimento da Educação Infantil em Erechim levantados pelo Tribunal de Contas do Estado, em 2010, o município está acima da média estadual e nacional. Também atingiu e superou a meta estabelecida para o atendimento em idade de Pré-Escola que é de 80%. Ainda em 2010 a taxa de atendimento chegou a 85,53%. No mesmo ano atingiu a taxa de atendimento de 27,76% das crianças em idade de creche (0 a 3 anos).

b) Outro aspecto educacional bastante relevante sobre o município de Erechim é a implantação da educação em tempo integral. No ano letivo de 2012, em pelo menos 3 escolas municipais há alunos matriculados em turno integral, onde os estudantes da escola passarão a ter diversas outras atividades como informática, música, canto coral, leitura, desenho, fotografia, jornal escolar, rádio escolar, atletismo, basquete, futsal, karatê, xadrez, banda fanfarra e reforço nas disciplinas de português, ciências e matemática.

c) Também em 2012, o município lançou o projeto Um Computador Por Aluno (projeto UCA), em que mais de 500 estudantes da escola passarão a ter o computador como ferramenta de estudo. Este projeto criado pelo Governo Federal tem por objetivo a inclusão digital dos estudantes e a utilização do computador como ferramenta de ensino nas escolas, o qual complementa o projeto Um Computador Por Professor, inaugurado em 2011 no município, em que todos os professores das escolas municipais já receberam seu próprio computador para prepararem aulas e atividades para os alunos. Ainda em 2012, todas as escolas da rede municipal deverão ser equipadas com internet wireless, possibilitando assim que as atividades em sala de aula sejam realizadas com auxílio destas.

d) Recentemente houve a implantação do novo plano de carreira para o magistério do sistema municipal de ensino, garantindo aumento real de 12% a cada um dos professores.

e) Em 2011, a prefeitura implantou um programa de reforço para preparar os estudantes do 3º Ano do Ensino Médio ou para quem já concluiu o Ensino Médio que pretendem prestar vestibular ou o Exame Nacional do Ensino Médio, denominado de Pré-Enem. O referido programa recebeu um certificado de reconhecimento na edição do Prêmio Gestor Público, em Porto Alegre pelo incentivo à educação e à possibilidade de preparar alunos das escolas públicas de Erechim para o Enem. No ano passado foram 600 alunos assistidos pelo programa e em 2012 esse número será ampliado para 800 alunos.

3. ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS NO DEPOIMENTO DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Segundo o Secretário de Educação, a capacitação sobre o LSE foi proporcionada através do Consórcio Intermunicipal da Região do Alto Uruguai. Esse consórcio é formado por 24 municípios e foi criado para assessorar as prefeituras no processo de relação com o Governo Federal.

A partir da capacitação municipal e regional, o município de Erechim criou uma comissão de servidores da Secretaria de Educação, representantes dos setores administrativo, obras e informática educativa para se responsabilizar pelo LSE e pelo PAR, já que o diagnóstico e o plano tem uma relação muito estreita. Esta comissão alimenta o sistema informatizado do LSE, de forma permanente, entretanto a equipe não tem conseguido ter uma atuação mais efetiva, devido às diversas demandas e projetos aos quais está envolvida.

Portanto, uma equipe da secretaria de educação obteve capacitação fornecida pelo FNDE, essa equipe repassou as informações para as escolas e o levantamento foi realizado pela direção das escolas e por um agente executivo.

De acordo com o Secretário, há a necessidade de regularização (planta arquitetônica e documentação) de todos os prédios das 15 escolas municipais, mas a secretaria não dispõe de servidores suficientes para atenderem essa demanda.

A gestão municipal atual (2009-2012) iniciou o ano de 2009 sem PAR, então foi preciso realizá-lo às pressas devido ao cronograma estabelecido pelo Governo Federal. Foi também nesse período que começaram as atividades do LSE.

O PAR de 2011 já foi realizado com base nas informações levantadas durante a realização do LSE, mas, na opinião do Secretário, são resultados precários. Mesmo que o município tenha realizado o LSE, tenha alimentado o sistema e tenha feito o convênio com o MEC através do PAR, há um sentimento na equipe que ainda é necessário melhorar a execução desse processo de diagnóstico das condições físicas da rede escolar, principalmente na designação de equipe especializada e capacitada para esse fim.

O convênio firmado com o MEC já demonstra alguns resultados em algumas áreas, como por exemplo, o município conseguiu mais duas escolas pelo PAR, no programa Pró-infância. Outro exemplo, dentro do programa Mais Educação, foi diagnosticado que o município precisa de mais uma quadra de esportes, devido à implantação do turno integral, pois a quadra de esportes é muito utilizada pelos alunos. O projeto, entretanto, não foi aprovado pelo MEC, porque a prioridade de apoio é para as escolas que ainda não dispõem de nenhuma quadra de esportes.

O último exemplo apresentado pelo Secretário de Educação demonstra uma atitude ética praticada em sua gestão, pois ao

apresentar uma informação verídica, o ente federativo deixou de receber apoio financeiro do Governo Federal. Em outra pesquisa sobre o PAR e a Gestão Municipal, a Secretária de Educação adotou outra estratégia, ao perceber que o seu município não seria contemplada com apoio técnico ou financeiro. Segundo Roos (2012, p. 67),

[...] quando a equipe responsável percebeu que caíram fora do ponto de corte que avaliaram importante para receber recursos, propuseram-se a reformular sua auto-avaliação. A revisão da auto-avaliação foi motivada pela possibilidade de obtenção de recursos. Assim, pode-se questionar a fidedignidade dos dados do diagnóstico (ROOS, 2012, p. 67).

Outro aspecto importante levantado pelo Secretário de Educação de Erechim foi em relação à regularização dos imóveis escolares (plantas arquitetônicas e documentação), pois “se a escola estivesse regularizada, ou seja, com toda a documentação em dia, facilitaria o trâmite de qualquer projeto, caso contrário há dificuldade na sua aprovação”.

4. PRINCIPAIS RESULTADOS, DISCUSSÕES E ALGUMAS CONCLUSÕES

O Relatório do PAR disponibilizado pelo FNDE no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) está estruturado da seguinte forma: Apresentação, Síntese do indicador do PAR, Síntese da dimensão do PAR, Síntese do PAR, Termo de Cooperação, Liberação de Recursos (FNDE) e Indicadores Demográficos e Educacionais.

O diagnóstico feito na rede municipal de educação de Erechim para a elaboração do PAR mostra (Quadro 2) a situação das quatro dimensões estruturadas no PAR, sendo que apenas critérios de pontuação 1 e 2, que representam situações insatisfatórias ou inexistentes, podem gerar ações e trazer recursos financeiros ou apoio técnico para o município. Entretanto, o diagnóstico feito através do LSE, que daria subsídios para determinação dos PMFE de todas as escolas da rede municipal e que, por sua vez, daria condições da gestão local elaborar o seu PAR com base em informações técnicas e detalhadas das reais demandas de melhoria de cada uma dessas escolas, ainda não foi disponibilizado pelo FNDE. Sendo assim, o planejamento foi realizado sem levar em consideração a posição dessas escolas frente aos PMFE.

QUADRO 1

Síntese dos indicadores do PAR no município de Erechim/RS

Critérios de pontuação Quantidade de indicadores em cada uma das quatro dimensões

Gestão Educacional Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar Práticas Pedagógicas e Avaliação Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos

QUADRO 1
Síntese dos indicadores do PAR no município de Erechim/RS

Critérios de pontuação	Quantidade de indicadores em cada uma das quatro dimensões			
	Gestão Educacional	Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar	Práticas Pedagógicas e Avaliação	Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos
1	2	4	3	0
2	10	2	2	10
3	8	2	1	4
4	0	2	2	0

Fonte: (SIMEC, 2011)

Com base nos dados apresentados no Quadro 1, pode-se observar que o município de Erechim apresentou 33 situações insatisfatórias ou inexistentes em um total de 52 indicadores. Esses resultados geraram ações de melhoria previstas no Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Município e o MEC.

O referido Termo previu diversas ações de assistência técnica do MEC ao Município de Erechim, nas seguintes dimensões:

1) Gestão Educacional: nove ações, dentre capacitações e disponibilização de recursos financeiros;

2) Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar: 53 ações, dentre capacitações, qualificações e disponibilização de material para capacitação;

3) Práticas Pedagógicas e Avaliação: 2 ações de capacitação;

4) Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos: 12 ações, dentre disponibilização de material pedagógico, capacitação e implantação de tecnologias.

Entretanto, em que pese a importância das quatro dimensões do PAR, a seguir serão discutidos somente os aspectos relacionados à dimensão 4, que trata da Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos, pois este é o foco da presente investigação.

Considerando-se que o LSE é um instrumento chave a ser utilizado na discussão da dimensão do PAR que trata da Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos apresenta-se o Quadro 2 com os 14 indicadores e suas respectivas pontuações.

Os resultados mostram que, dos 14 indicadores relacionados à infraestrutura física e recursos pedagógicos, 10 representam situações insatisfatórias ou inexistentes, sendo, portanto considerados passíveis de geração de ações a serem

apoiadas técnica e financeiramente pelo MEC.

Quadro 2

Síntese do diagnóstico da situação educacional referente à Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos

Indicador	Pontuação
Biblioteca: instalações e espaço físico	2
Existência e funcionalidade de laboratórios (informática e ciências)	2
Existência e conservação de quadra de esportes	2
Existência e condições de funcionamento da cozinha e refeitório	2
Salas de aula: instalações físicas gerais e mobiliário	2
Condições de acesso para pessoas com deficiência física	2
Adequação, manutenção e conservação geral das instalações e equipamentos	3
Existência de computadores ligados à rede mundial de computadores e utilização de recursos de informática para atualização de conteúdos e realização de pesquisas	2
Existência de recursos audiovisuais	3
Suficiência e diversidade do acervo bibliográfico	2
Existência, suficiência e diversidade de materiais pedagógicos (mapas, jogos, dicionários, brinquedos)	3
Suficiência e diversidade de equipamentos esportivos	2
Existência e utilização de recursos pedagógicos que considerem a diversidade racial, cultural, de pessoas com deficiência.	2
Confecção de materiais didáticos diversos	3

Fonte: adaptado de FNDE (2012)

Outras pesquisas discutem a importância da infraestrutura escolar frente ao desempenho de seus alunos. Segundo Sátyro & Soares (2007, p. 7)

A infraestrutura escolar pode exercer influência significativa sobre a qualidade da educação. Prédios e instalações adequadas, existência de biblioteca escolar, espaços esportivos e laboratórios, acesso a livros didáticos, materiais de leitura e pedagógicos, relação adequada entre o número de alunos e o professor na sala de aula e maior tempo efetivo de aula, por exemplo, possivelmente melhorem o desempenho dos alunos (SÁTYRO; SOARES, 2007, p. 7).

Considerando os projetos em implantação pela gestão atual do município apresentados anteriormente, percebe-se que muitas melhorias ainda carecem de apoio e atenção pelo poder público para que possam funcionar com qualidade. Dentre os quais, podem-se destacar algumas:

- O município está implantando a escola integral, mas a rede apresenta deficiências nas instalações de cozinha, há falta de quadra de esportes, entre outros;
- Para o projeto UCA funcionar plenamente, é necessário investir em equipamentos de informática e realizar instalações de rede lógica;
- A ampliação de vagas escolares ficará comprometida se não houver investimento em equipamentos e mobiliários escolares, além de melhorias na acústica, iluminação e ventilação das salas de aula.

Porém, faz-se necessário reconhecer que há um grande

comprometimento da atual administração municipal na busca de soluções para melhorar a qualidade do ensino na sua rede e também no apoio a outras iniciativas educacionais que venham a beneficiar a formação profissional da população em geral. Isso pode ser constatado nas inúmeras notícias divulgadas em seu site oficial, referentes aos projetos educacionais em execução ou em implantação.

Por outro lado, para que essa política pública nacional de apoio aos entes federados seja executada com qualidade, faz-se necessário que a Secretaria Municipal de Educação constitua equipes especializadas conforme determina o FNDE, pois a aplicação correta desse sistema de levantamento da situação escolar pode contribuir para a obtenção de resultados positivos e permitir o planejamento preciso das ações que visam a recuperação e a melhoria da qualidade do ensino.

Entretanto, a dificuldade de constituir equipe externa, obriga o sistema de ensino a compor as equipes de campo com o próprio pessoal interno ao sistema. Portanto, essa é uma realidade do contexto da prática que descumpra a norma, mas que, às vezes, pode ser a única saída que os gestores educacionais encontram para atender as determinações legais e não inviabilizarem a sua participação nos projetos governamentais.

Os relatórios de estimativa de custo para reforma de ambientes escolares, estimativa de custo para ampliações necessárias; aquisições de: mobiliário, equipamento, material didático, e escolar; e de orçamento síntese, que são gerados pelo sistema são muito úteis aos gestores na elaboração dos projetos de aquisições, construções ou reformas. Portanto, acredita-se que a implementação do modelo de diagnóstico escolar apresentado nesse estudo mostra-se relevante pelos possíveis resultados e usos que dele poderão advir.

Por fim, considera-se relevante registrar um alerta de que, frente às limitações e às condições de prática dos municípios, essa metodologia corre risco de perder a sua validade ou perder a sua proposta que é a de ser um instrumento de gestão para auxiliar os gestores na avaliação institucional a partir de relatórios gerenciais e identificar a real necessidade de adequação dos prédios e de aquisição de equipamentos e materiais didáticos.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the implementation of National Curriculum policy: na overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BRASIL. Decreto N. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC. Levantamento da Situação Escolar. **Manual Operacional**. Brasília, 2006.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC. Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola: ambiente físico escolar. **Manual de Implantação**. Brasília, 2006.

_____. Resolução n. 15, de 07 de junho de 2010. Aprova o critério de utilização dos resultados do LSE como exigência para a aprovação das ações de apoio da União aos entes federativos que aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 16 e 17, 08 jun. 2010.

_____. Resolução no 11, de 06 de junho de 2012. Revoga as Resoluções nº. 15, de 7 de junho de 2010, e 34, de 8 de julho de 2011, que disciplinam a aprovação do critério de utilização dos resultados do LSE como exigência para a aprovação das ações de apoio a União aos entes federativos que aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 jun. 2012.

HADDAD, Fernando. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas**. 2007. Disponível em: www.mec.gov.br/arquivos/livro/LIVRO8.swf . Acesso em: 20 jul. 2011.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27. n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

OZGA, Jenny. **Investigação sobre políticas educacionais: terreno de contestação**. Porto – Portugal: Porto, 2000. 239 p.

RODRIGUES, Leonardo Guimarães. **Documento Técnico** 01 CE, MA e MT contendo – resultados alcançados com as ações de capacitação do LSE e as propostas e orientações técnicas formuladas para correção e ajustes nos dados coletados e lançados no sistema LSE no mês de Fevereiro de 2010. 2010.

ROOS, C. **O PAR (Plano de Ações Articuladas) e a Gestão Municipal**. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo-RS, 2012. 99 f.

SÁTYRO, Natália; SOARES, Sergei. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005**. Brasília: MPOG/IPEA. Texto para discussão nº 1267, 2007. 39 p.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007.